



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS-FEDERAL Nº 1583/2024

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2024.

Processo nº 5049146-13.2024.4.02.5101,
ajuizado por

O presente parecer visa atender à solicitação de informações técnicas da 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, quanto ao medicamento Abemaciclibe 150mg.

I – RELATÓRIO

1. Acostado aos autos (Evento 28_PARECER1_Páginas 1/6), encontra-se PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS-FEDERAL Nº 0755/2024, elaborado em 13 de maio de 2024, no qual foram esclarecidos os aspectos relativos às legislações vigentes, ao quadro clínico da Autora – câncer de mama, bem como à indicação e à disponibilização do medicamento Abemaciclibe 150mg, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

2. Após a emissão do referido parecer técnico foi acostado novo documento do Centro Oncológico do Hospital Municipal Moacyr Rodrigues do Carmo (Evento 25_OUT2_Página 1), emitido em 04 de setembro de 2024, pelo médico Marcos[NOME] [REGISTRO], informando que a Autora apresenta carcinoma ductal invasivo de mama direita, diagnosticado em abril de 2023, inicialmente com grau 2, HER2 negativo, RP 81-90%, cT4N1M1, tendo o tumor se disseminado para os tecidos próximos, para os linfonodos vizinhos, inclusive em coluna vertebral, nas regiões lombar e dorsal.

3. A Autora relata dor óssea severa, tendo efetuado tratamento com Ácido Zoledrônico (Zometa®) para controle, sem boa resposta. Está em uso de Anastrozol junto com radioterapia e quimioterapia com Docetaxel, também sem alcançar resposta desejada. Desse modo, a doença está em franca progressão e, se não controlada, poderá levar a Autora ao risco de fratura de coluna lombar e também ao óbito. Atualmente a Requerente [NOME].

4. Foi prescrito à Autora, tratamento com o medicamento da classe farmacológica dos inibidores de ciclina, não tendo outro medicamento que seja capaz de conter o avanço da doença, sendo imprescindível e insubstituível o Abemaciclibe 150mg (Verzenios®), por via oral, 02 vezes ao dia. Tal medicamento não consta no rol dos medicamentos disponibilizados no Sistema Único de Saúde – SUS e também não é fornecido pelo Hospital no qual a Autora está em acompanhamento.

II – ANÁLISE

DA LEGISLAÇÃO/DO QUADRO CLÍNICO/DO PLEITO

1. Conforme abordado no PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS-FEDERAL Nº 0755/2024, de 13 de maio de 2024 (Evento 28_PARECER1_Páginas 1/6).

III – CONCLUSÃO

1. Trata-se de Autora com câncer de mama RH positivo e HER2 negativo, com metástase óssea, já submetida à quimioterapia e radioterapia. Apresenta solicitação médica para tratamento com Abemaciclibe 150mg (Verzenios®).

2. No teor conclusivo do PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS-FEDERAL Nº 0755/2024, de 13 de maio de 2024 (Evento 28_PARECER1_Páginas 1/6), foi mencionado que a Autora estava sendo assistida em unidade particular – Oncologia D'or. Desse modo, para ter acesso ao atendimento integral pela Rede de Atenção em Oncologia no SUS, deveria ser inserida no fluxo de acesso, conforme a nova Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer e em consonância com a Política Nacional de Regulação, ingressando via Sistema Nacional de Regulação (SISREG).



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

3. Assim, foi recomendado que a Autora comparecesse à Unidade Básica de Saúde mais próxima de sua residência, a fim de ser inserida no fluxo de acesso à rede de atenção em oncologia, a qual será responsável pelo seu tratamento integral conforme preconizado pelo SUS.

4. Agora, conforme observado em documento acostado aos autos, a Autora está em acompanhamento no Centro Oncológico (Evento 25_OUT2_Página 1) do Hospital Municipal Moacyr Rodrigues do Carmo, unidade habilitada em oncologia no SUS como UNACON, conforme Deliberação CIB-RJ nº 8.812 de 13 de junho de 2024. Dessa forma, é de responsabilidade da referida unidade garantir à Autora o atendimento integral preconizado pelo SUS para o tratamento de sua condição clínica, incluindo o fornecimento dos medicamentos necessários.

5. Contudo, ainda de acordo com o referido documento, o medicamento aqui pleiteado não consta no rol dos medicamentos disponibilizados no Sistema Único de Saúde – SUS e também não é fornecido pelo Hospital no qual a Autora está em acompanhamento.

6. As demais informações julgadas pertinentes já foram devidamente abordadas no parecer supracitado.

É o parecer.

À 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.